

(Re)pensando o desenvolvimento: um olhar crítico sobre a construção do “desenvolvimento” enquanto princípio orientador das práticas políticas e sociais

Brena Costa Lerbach¹

Resumo: Neste trabalho colocamos em questão o tema “desenvolvimento”, corrente nas áreas social, política e econômica. O termo desenvolvimento adquire uma conotação positiva na fala cotidiana e, por isso mesmo, merece atenção, haja vista a diversidade de significados e de interesses que pode expressar. Nosso interesse em pesquisar sobre o tema resulta, portanto, de uma percepção acerca da necessidade de romper com o senso comum e de dar passos em direção a uma reflexão que evidencie os processos histórico-formativos do ideal de desenvolvimento social hegemonicamente defendido e propagado. Buscando contribuir com o debate, apresentaremos aqui três abordagens acadêmicas que problematizam o desenvolvimento, com os seguintes enfoques: do ponto de vista conceitual, no que diz respeito à orientação adotada pelos governos brasileiros em certos contextos históricos, e enquanto prática discursiva hegemônica. Concluímos que os discursos sobre o desenvolvimento e sobre o subdesenvolvimento serviram historicamente aos interesses dos países desenvolvidos; impõem a adoção do modelo de sociedade ocidental em detrimento das culturas locais; e vinculam-se à lógica capitalista, na qual a produção está orientada para o lucro, e não para o combate à fome e à pobreza – mazelas que o discurso desenvolvimentista promete eliminar.

Palavras-chave: Desenvolvimento – Subdesenvolvimento – Terceiro Mundo – Pobreza

1. Introdução

O tema desenvolvimento tem sido elemento presente nos discursos e práticas sociais. Compõe tanto os princípios que ganham materialidade nos planejamentos econômicos e nas políticas públicas, quanto os valores morais que animam as ações de homens e mulheres, que, assim “formatados”, enquadram-se como personagens no quadro que retrata a moderna sociedade ocidental. O desenvolvimento está por toda a parte, e motiva desde acordos entre países e ações governamentais até as perspectivas de vida dos sujeitos mais comuns: no acordo de cooperação internacional para melhorias tecnológicas; nas políticas públicas educacionais que, por exemplo, fortalecem o ensino técnico; nos anseios do jovem vestibulando ou do trabalhador que pretende se tornar empreendedor – a ideia de um

¹ Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo, é aluna do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela mesma universidade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), registro aqui meus agradecimentos à instituição.

“desenvolvimento” toma forma nas mais variadas esferas da vida social, seja numa dimensão político-institucional, econômica, social ou simplesmente individual.

Tendo isso em vista, pensamos que refletir sobre o tema é uma tarefa pertinente. É importante compreender os diferentes sentidos que o termo desenvolvimento adquire, os projetos e interesses historicamente colocados, e como o desenvolvimento constituiu-se como discurso fundamentador das estratégias de dominação social e cultural ocidental a partir de meados do século XX. Com esse intuito, buscaremos, neste trabalho, apresentar criticamente três abordagens acadêmicas que problematizam, cada uma a seu modo, o desenvolvimento: a de Alan Thomas, no texto “*Meanings and views of development*” (2000); a de Anete Ivo, no artigo “O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento” (2012); e as ideias centrais expressas no livro *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World* (2012), de Arturo Escobar. Apresentaremos as três abordagens na ordem descrita e concluiremos com alguns comentários.

2. *Meanings and views of development* – as diversas concepções e projetos de desenvolvimento apresentadas por Alan Thomas

Segundo Alan Thomas, talvez a definição mais simples de desenvolvimento tenha sido a dada por Chambers (1997 *apud* 2000, THOMAS), para quem desenvolvimento significa “*good change*”. Ou seja, uma mudança positiva. Ele afirma que até mesmo esta definição se complexifica quando desmembrada. Se pensarmos que *good* diz respeito à qualidade da mudança e depende do que é tido como uma sociedade desejável, devemos definir quais são os atributos positivos que a caracterizam, criando condições para falar em avanços ou retrocessos em termos de desenvolvimento. O que não consiste em uma tarefa fácil, se levarmos em conta a diversidade cultural e as múltiplas concepções do que é bom ou ruim que a acompanham. Como Thomas aponta: “*Different political ideals clearly lead to different visions of what is desirable, and one person’s utopia could be a nightmare for another*” (2000: 30). *Change*, por sua vez, indica um processo que deve envolver rupturas, direta ou indiretamente.

O autor salienta que, no dia a dia, a palavra “desenvolvimento” possui uma conotação positiva, sendo apresentada como sinônimo de “progresso”. Assim, por desenvolvimento entende-se o processo pelo qual se rompe com antigos padrões, com intuito de promover mudanças que levem a um aumento nos padrões de vida, a melhorias na saúde e no bem estar de todos, visando a alcançar tudo o que é considerado um *bem* para a sociedade. Contudo, ele alerta que o termo incorpora objetivos políticos, valores sociais e teorias contrastantes de mudança social. Sinaliza, deste modo, para a necessidade de colocar o

conceito sob análise, sendo importante ter clareza sobre os diferentes significados que ele adquire. Thomas afirma que há visões conflitantes sobre como “desenvolvimento” relaciona-se com capitalismo, as quais procura, ao longo do texto, analisar de perto. A partir deste objetivo, estabelece duas questões para nortear sua argumentação: (1) Quais são os diferentes sentidos em que o termo desenvolvimento é utilizado?; e (2) Quais são as principais visões de desenvolvimento, e como elas se relacionam com o capitalismo? Tentaremos sumarizar as principais discussões trazidas dentro desses dois eixos adiante.

2.1 Diferentes sentidos do “desenvolvimento”

Desenvolvimento é um termo polissêmico, e esta característica facilita algumas confusões. Ele pode ser aplicado a várias coisas: fala-se sobre o desenvolvimento infantil, o desenvolvimento de uma doença, e de outros tantos mais. No texto, Thomas declara querer falar do desenvolvimento de sociedades, tentando apreender seus sentidos de acordo com visões e projetos políticos. Desse modo, ele distingue três sentidos em que o termo desenvolvimento é utilizado:

- i. Como visão, descrição ou medida de uma sociedade desejável;
- ii. Como processos históricos de mudança, por meio do qual as sociedades são transformadas durante longos períodos;
- iii. Como esforços deliberados objetivando melhorias, os quais partem de várias agências, incluindo governos, organizações e movimentos sociais.

Para o autor, esses três sentidos encontram-se relacionados: a concepção de boa sociedade depende dos processos históricos e dos valores e instituições sociais neles gestadas; a visão do que é socialmente desejável inspira os grupos a lutarem por melhorias, levantando uma agenda de mudanças; e as lutas sociais modificam a sociedade, compondo o processo histórico.

2.2 As principais visões sobre o desenvolvimento e como elas se relacionam com o capitalismo

Inicialmente, Thomas elege alguns pontos gerais sobre o tema desenvolvimento, indo além da definição de “mudança boa” e atentando para a ambiguidade carregada pelo conceito:

- Desenvolvimento envolve uma mudança geral, não um aspecto isolado. Assim, as formas de vida e de organização social anteriores são deixadas para trás, em alguma medida. O autor explica que é impossível haver mudança sem a destruição do que previamente estava dado. Tradições e valores são transformados.

- O desenvolvimento não se dá apenas via uma ação: implica em processos que levam a processos, sendo a mudança contínua e o desenvolvimento construído sobre as melhorias alcançadas por desenvolvimentos prévios.
- A dinâmica entre estrutura e agência. Quando a sociedade muda, isso afeta os indivíduos; quando os indivíduos mudam seu modo de ser, pensar e agir, isso muda a sociedade.
- O fato de o desenvolvimento não ser sempre visto positivamente.

A partir de uma reflexão sobre esses pontos, o autor chega à conclusão de que é impossível evitar as contradições por trás da ideia de desenvolvimento se tomarmos por desenvolvimento unicamente a acepção hegemônica, do desenvolvimento como “progresso”, caracterizado pela industrialização e pelo desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, com Cohen e Shenton, ele afirma que *“Development comes to be defined in a multiplicity of ways because there are a multiplicity of ‘developers’ who are entrusted with the task of development”* (1996 *apud* THOMAS, 2000: 24). Enfatiza, com isso, que as ideias e práticas justificadas pelo desenvolvimento não são neutras. Há diferentes visões sobre o desenvolvimento e sobre como ele se relaciona com o capitalismo – elemento atrelado ao desenvolvimento nos discursos dominantes, e que são correntemente reproduzidos. Assim, ele apresenta três visões do desenvolvimento (“do”, “conjunto” ou “contra”) em relação ao capitalismo, e ainda um quarto tipo, que consiste em uma relação negativa com a própria ideia de desenvolvimento, expostos na sequência.

- i. Desenvolvimento *do* capitalismo: Neoliberalismo. Nesta visão, o desenvolvimento imanente do capitalismo (o estado cíclico que caracteriza seus mecanismos e faz com que se renove e se expanda) é suficiente. Parte da ideia da livre competição, em que sobrevive o mais qualificado. Cada um é responsável por seu sucesso ou fracasso. Só isso já levaria ao progresso e, assim, a melhores patamares sociais.
- ii. Desenvolvimento *conjunto* com o capitalismo: Intervencionismo. Esta concepção vê como necessária a promoção de um desenvolvimento intencional, partindo de esforços deliberados, nas sociedades de economia capitalista. Tem como objetivo amenizar os problemas causados pelo progresso, mantendo a ordem social. A intervenção pode ser de dois tipos: a econômica, com vistas a zelar pela produção e pelo mercado (ex.: medidas protecionistas da indústria nacional); e a que busca atingir objetivos sociais e humanitários (ex.: as políticas públicas do *welfare state*).
- iii. Desenvolvimento *contra* o capitalismo: Estruturalismo e desenvolvimento “alternativo” (*people-centred*). Para o estruturalismo, desenvolvimento envolve mudanças nas estruturas econômicas e sociais. São apontadas como visões estruturalistas a marxista e a teoria da dependência (a primeira era baseada na

crítica à exploração da classe burguesa sobre a proletária; a segunda, na crítica à exploração dos países subdesenvolvidos pelos desenvolvidos). Ambas perderam força com a queda da União Soviética. Também se colocam contra o capitalismo os modelos de desenvolvimento “alternativo”, reivindicando um desenvolvimento centrado nas pessoas (e não no capital) e na proteção ao meio ambiente, mas sem pretensões de instaurar um estado socialista.

- iv. Rejeição do desenvolvimento: Pós-desenvolvimento. Visão que recusa por completo a noção de desenvolvimento.

Ao realizar esta problematização, Thomas busca deixar claro que o desenvolvimento não é neutro: carrega interesses e serve a propósitos específicos; e que há formas variadas de pensar o conceito e as questões a ele relacionadas.

3. Os contextos que reorientaram a noção de desenvolvimento no Brasil, conforme a abordagem de Anete Ivo

Anete Ivo, no artigo “O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento” (2012), reconhece o papel central que a noção de desenvolvimento passou a ter no horizonte da política e da economia, assim como na prática dos atores políticos e institucionais do pós-Segunda Guerra. Para a autora, que se vale das reflexões da filósofa Marilena Chaui, a ideia do desenvolvimento:

Constitui-se num “mito fundador”, no sentido antropológico do termo, pelo qual a narrativa e os sentidos associados a essa ideia representam “uma solução imaginária das tensões, conflitos e contradições” (Chaui, 2000) enfrentadas pela sociedade brasileira, em relação aos dilemas e desafios da modernização econômica, política e institucional. Para Chaui, referindo-se à nação, “[...] este mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é com um passado que não cessa nunca” (p. 9). (IVO, 2012: 187)

Tal mito atualizaria o ideal iluminista do progresso; e, partindo da perspectiva brasileira, projetaria no futuro uma solução possível para os atrasos e problemas do país. Assim, tendo em vista a presença constante do ideal do desenvolvimento na política e na economia brasileira, Ivo busca, ao longo de seu trabalho, analisar os contextos que orientaram a noção de desenvolvimento no país, inspirando e justificando diferentes perfis assumidos pelo Estado desde, pelo menos, a década de 1930.

No decorrer da história, muitos foram os diagnósticos sobre os problemas do Brasil. Diagnósticos sobre a necessidade de romper com a tradição (com a cultura autoritária portuguesa, com o patrimonialismo, o nepotismo e o patriarcalismo) aparecem já nas

interpretações clássicas de Gilberto Freyre, em 1933, e de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936². Esses traços da nossa cultura política são considerados incompatíveis com um Estado moderno, burocrático e eficaz. Também na década de 1930 Caio Prado Jr. constrói sua interpretação, orientando-se pela categoria marxiana de “formação social”. Por meio dela, enfatiza a passagem da condição de colônia para a condição de nação, reconhecendo os impasses da transição modernizadora. Com suas teses, deixa um lastro histórico sobre os vínculos de dependência que marcam os processos de acumulação no país.

O tema desenvolvimento passou a fazer parte das discussões e orientações políticas e econômicas de maneira mais forte a partir da década de 1950. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, e postulava que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina. No Brasil, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, consistia num grupo de ensino e pesquisa de ciências sociais, que atuou como núcleo difusor das ideias desenvolvimentistas e das ações do governo de Juscelino Kubistchek (JK). Defendiam uma série de mudanças, sob o rótulo de “modernização brasileira”:

Segundo os intelectuais do ISEB, a noção do desenvolvimento referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado em industrialização, crescimento econômico e progresso técnico, e modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional (IVO, 2012: 191).

Nesse projeto, o Estado deveria assumir o papel de ator estratégico do desenvolvimento, gerando condições institucionais e infraestrutura para alavancar a economia. Com o intuito de fortalecer a indústria nacional, adotou-se o modelo de substituição de importações. Na prática, o Plano de Metas (1956-1961) de JK levou a um crescimento econômico, porém à custa de um endividamento público.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), as teses desenvolvimentistas continuaram a guiar as ações do Estado brasileiro. Seguindo as orientações da CEPAL, considerava-se que a superação do subdesenvolvimento seria possível pela atração de investimentos estrangeiros, empréstimos no exterior e assistência técnica de organismos internacionais. Como resultado, na década de 1970 a literatura sociológica brasileira discutiu as especificidades do “desenvolvimento capitalista periférico”. Desenvolveram-se as teorias da “massa marginal”, a “teoria da dependência” e as críticas às “teses dualistas” presentes nas noções de “desenvolvimento” e “modernização” da CEPAL³. Essas últimas foram

² Nos livros *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*, respectivamente.

³ Uma exposição mais detalhada dessas interpretações e das críticas produzidas sobre elas pode ser encontrada no artigo de Ivo.

desenvolvidas por Francisco de Oliveira, para quem o projeto de desenvolvimento defendido pela CEPAL e pelas agências governamentais não levaria à superação do capitalismo e de sua lógica desigual, mas ao seu fortalecimento. Para o autor, o processo teria desembocado num modelo concentracionista, caracterizado pelo aumento da taxa de exploração e das “[...] velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçam a acumulação” (1976 *apud* IVO, 2012: 1924). Essas interpretações críticas existiam não sem razão, e retratavam o caráter conservador da modernização na ditadura: houve crescimento econômico, mas não houve distribuição de renda e nem promoção de cidadania pelo Estado, produzindo uma massa de excluídos e a elevação dos níveis de desigualdade entre trabalhadores, grupos e regiões. Assim, quando o modelo desenvolvimentista mostrou esgotamento na década de 1980, deixando o país com a economia estagnada, emergiram novos atores políticos, que pressionavam para o fim da ditadura e para o reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais. Este processo culminou com a redemocratização e a criação da Constituição de 1988, que dava ênfase aos direitos sociais e à participação da sociedade civil na construção de políticas públicas. No entanto, esses avanços chocaram-se, na década seguinte, com as recomendações pós-Consenso de Washington.

Na década de 1990, rompeu-se no nível internacional com o princípio redistributivo que caracterizava o Estado de Bem-estar social, impactando negativamente os países latino-americanos, onde esses princípios ainda não haviam se consolidado. As instituições internacionais apontavam, entre outras coisas, que o excesso de gastos com o social teria levado a uma crise gestonária do Estado e que, agora, para promover o desenvolvimento, o Estado teria que ser mínimo. Tal recomendação implicou na desoneração do Estado como promotor de políticas públicas universais. As políticas contemplariam grupos específicos, e boa parte passaria a ser responsabilidade da iniciativa particular e das parcerias público-privado. No plano econômico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) orientou a aplicação de políticas de austeridade e ajustes fiscais, e a reforma do Estado, sob o argumento da administração da dívida externa. Nesse período, o conflito se orientou por um embate entre os que desejavam um Estado mais presente e aqueles favoráveis às reformas neoliberais.

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento passaram a ser tratados como questão de uma gestão eficaz. Foi definido um conjunto de dispositivos normativos que caracterizam a “*good governance*”, entre eles a transparência, a *accountability*, as parcerias público-privadas e a criação de arenas para participação, tentando romper com os traços da cultura política brasileira apontados há muito por Freyre e Holanda. Contudo, Ivo critica a redução das questões políticas a problemas de gestão. Para ela, a solução encontrada não discute os pontos centrais do sistema, e, com isso, conforma-se ao modelo ocidental, apresentado como universal e único: a combinação “economia capitalista + democracia liberal”.

Por fim, a autora aborda o tratamento dado ao desenvolvimento pelos governos petistas (2003-atualidade), no qual o olhar desenvolvimentista é mantido, no que diz respeito à industrialização e aos avanços tecnológicos, porém aliado à adoção do modelo de transferência de renda, cujo exemplo principal é o Bolsa Família⁴. Ivo aponta que o governo tem buscado reduzir os índices de desigualdade social incentivando o consumo e o emprego, principalmente pelo estímulo ao empreendedorismo. Como resultado, aponta-se a redução da pobreza e o crescimento da classe C. Apesar do sucesso, a autora critica o fato de, ainda sim, se tratar de um modelo que não rompe com o sistema que produz a pobreza, mas, ao contrário, se insere nele. Assim, ela aponta que o incremento de renda é relevante, porém não suficiente, e que as melhorias precisam ser construídas com base em mudanças estruturais – da distribuição e da qualidade das políticas públicas; e da qualidade de inserção dos indivíduos na esfera do trabalho, tido como eixo fundamental da integração social. Ivo finaliza ressaltando a necessidade de um retorno a um debate sociológico sobre um novo modelo de desenvolvimento em formação, indagando a “quem” se dirigem os resultados das políticas, “como” se está crescendo e “quem paga” os custos desse modelo. Uma perspectiva pluralista e contra-hegemônica sobre o desenvolvimento, bem como a possibilidade de outros modelos, são levantadas por Escobar no livro cujas ideias principais apresentaremos a seguir.

4. O desenvolvimento como discurso e a possibilidade de uma era pós-desenvolvimento – Arturo Escobar e a defesa do “pluriverso”

Em *Encountering Development: The Making and Unmaking of The Third World* (2012), publicado pela primeira vez em 1995, Arturo Escobar entende o desenvolvimento como discurso fundamentador de estratégias de dominação social e cultural, marcando a configuração dos projetos nacionais e o relacionamento entre países desde o pós-Segunda Guerra. Como o autor aponta, este discurso resulta em práticas concretas do pensar e do agir através das quais o Terceiro Mundo é produzido. A partir dessa compreensão, ele examina o estabelecimento e a consolidação das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, dos projetos onde elas se inserem e dos aparatos que as reproduzem. E, por fim, reflete sobre a possibilidade de pensar outros discursos fundamentadores das práticas, plurais e sem pretensões hegemônicas, que não se sobreponham às culturas locais.

⁴ Programa de transferência de renda direta com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Informações podem ser obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> (acesso em 23/07/2013).

No pós-Segunda Guerra, a pobreza e o subdesenvolvimento tornaram-se tópicos de discussão global. Os países desenvolvidos assumiram a “tarefa” de levar a ciência, a tecnologia e a modernidade para os países “pobres”. Assim, concebiam o modelo de sociedade ocidental como o mais evoluído, e tentavam reaplicá-lo nos demais lugares do mundo. Contudo, Escobar revela que, longe de um humanitarismo desinteressado, o projeto de desenvolver os países pobres ocupava importante função no jogo internacional, pois eles serviriam aos interesses dos países desenvolvidos de, pelo menos, três maneiras: (1) fornecendo matéria prima e gêneros alimentícios (tendo em vista a necessidade de focar na produção de produtos industrializados; e para suprir as demandas dos Estados Unidos, que estavam reunindo esforços na reconstrução da Europa); (2) servindo como fronteiras inexploradas para a expansão capitalista (como mercado consumidor, recebendo multinacionais, etc.); (3) e como territórios a serem conquistados na luta geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética, definindo o modelo que seria adotado no pós-Segunda Guerra pelos países do “Terceiro Mundo”: o capitalista ou o comunista. Como resultado, a industrialização e a urbanização foram perseguidas por dois terços do mundo. No entanto, em vez de superação da pobreza, houve crescimento da desigualdade e de outros problemas sociais:

This book tells the story of this dream and how it progressively turned into a nightmare. For instead of the kingdom of abundance promised by theorists and politicians in the 1950s, the discourse and strategy of development produced its opposite: massive underdevelopment and impoverishment, untold exploitation and oppression. The debt crisis, the Sahelian famine, increasing poverty, malnutrition, and violence are only the most pathetic signs of the history of the loss of illusion, in which many genuinely believed. Above all, however, it is about how the “Third World” has been produced by the discourses and practices of development since their inception in the early post-World War period (ESCOBAR, 2012: 4).

As formações sociais tradicionais foram sendo progressivamente destruídas em nome da modernidade, da implementação do modelo social “desenvolvido”. Essa desestruturação, aliada a outros fatores, como a posição subalterna e dependente desses países, levaram aos problemas sociais descritos. Houve um aumento na produtividade de alimentos, mas estes não são produzidos para dar fim à miséria, e sim para gerarem lucro. Assim, Escobar tenta desconstruir o discurso desenvolvimentista, mostrando que, longe de ser neutro, ele serve a objetivos definidos, reproduz o capitalismo e, etnocentricamente, o ideal de cultura “racional” ocidental. Ao final, o autor aponta a possibilidade da construção não de desenvolvimentos “alternativos” (que permanecem na lógica hegemônica), mas de “alternativas ao desenvolvimento”. Mas, diferente de uma proposta universal e abstrata, Escobar pensa que é preciso partir das resistências locais existentes, dos movimentos que

lutam para preservar suas tradições e modos de vida particulares. Nessa linha, ele afirma que o modelo hegemônico nunca é reproduzido de forma perfeita, sendo recebido e apropriado conforme as particularidades culturais. A esse processo ele chama de formação de culturas “híbridas” – noção que permite romper com a dualidade entre tradição e modernidade; e conceber “cultura” como algo que está sendo constantemente construído. Seria, então, necessário construir um modelo não-hegemônico, que não classificasse os países em termos de uma única medida (como nível de “desenvolvimento”), mas admitisse a coexistência de modelos sociais diversos. Para tanto, é preciso mudar os discursos e os imaginários produzidos. Como aponta o antropólogo latino-americano Aníbal Quijano (1990 *apud* ESCOBAR, 2012), temos que parar de ser o que não temos sido, o que nunca seremos e o que não temos que ser. Assim, Escobar abre, em seu livro, uma nova perspectiva quanto ao modelo a ser adotado, pensando a mudança de um *unív*erso para um *plurív*erso: um mundo descentralizado, onde haja lugar para a diversidade cultural e social, onde a relação eu - outro se dê de maneira mais simétrica - “um mundo onde outros muitos mundos cabem”.

5. Comentários finais

Iniciamos este trabalho com a proposta de ir um pouco além da superfície e colocar o tema desenvolvimento em questão. Para tanto, apresentamos três abordagens sobre o tema. Com Alan Thomas, tratamos do desenvolvimento do ponto de vista conceitual: buscamos compreender os sentidos atribuídos ao termo; que há diferentes visões sobre desenvolvimento e que elas implicam em projetos políticos distintos, servindo a interesses também distintos. Para compreender como o desenvolvimento foi materializado em planejamentos econômicos e ações de Estado, recorreremos ao texto de Anete Ivo. Nele, encontramos um exame sobre como os ideais desenvolvimentistas têm pautado a economia e a política no Brasil desde 1950; e sobre como essas orientações foram mudando ao longo das décadas, em que se recomendava menor ou maior intervenção estatal, gerando impactos sociais, como a adoção ou corte de políticas públicas. E, com Arturo Escobar, compreendemos a construção do desenvolvimento enquanto discurso orientador das práticas políticas e sociais, que fundamenta e legitima a difusão do capitalismo e da cultura ocidental em detrimento das formações socioculturais locais, e que coloca o desenvolvimento como ideal a ser seguido. Tratam-se, assim, de leituras diferentes, mas que convergem na interpretação do desenvolvimento, no sentido hegemônico, como “visão”, “projeto” ou “discurso” promotor do capitalismo e do modo de vida ocidental. Além disso, denunciam que a sua promoção, em vez de acabar com as desigualdades, alimenta o sistema que a produz.

É preciso que aceitemos o convite à reflexão feito por Ivo, e questionemos: a “quem” se dirigem os resultados das políticas orientadas para o desenvolvimento? “Como” se está crescendo? “Quem paga” os custos desse modelo? Somente assim poderemos avaliar o quanto temos nos aproximado ou nos afastado do tipo de sociedade que queremos, e pensar modelos mais adequados à promoção do que é socialmente desejado. Mas, mais do que isso, devemos questionar a própria noção de desenvolvimento, e a naturalização da adoção do modelo de sociedade ocidental. É preciso que estejamos atentos a um tipo de dominação muito perigoso – a dominação das mentes e dos corações. Concebendo a si mesmo como atrasado e subdesenvolvido, que povo não se poria docilmente a trilhar os caminhos do desenvolvimento?

Referências

ESCOBAR, Arturo. *Encontering Development: The Making and Unmaking of The Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

IVO, Anete B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, Maio/Ago. 2012.

THOMAS, Alan. Meanings and views of development. In: ALEN, Tim; THOMAS, Alan (Orgs.). *Poverty and Development into the 21st century*. Oxford: Oxford University Press, 2000.